

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC 001/2021

O senador Wellington Fagundes (PL/MT), presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura/FRENLOGI, parceira do IBL, apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que, se aprovada, será de grande importância para a renovação da infraestrutura de transporte do país. O texto propõe que 70% dos recursos arrecadados com outorgas onerosas relativas a serviços e obras de transportes sejam reinvestidos no próprio setor.

"Infraestrutura é um item-chave para a competitividade de um país. Não é por acaso que o Brasil, deficiente em áreas como transporte, energia e telefonia, aparece apenas na 75ª posição no ranking de competitividade global, segundo dados do Fórum Econômico Mundial. Estamos confiantes de que será possível mudar essa realidade da nossa infraestrutura e dar o impulso que o Brasil vai precisar como medidas de afirmação no pós-pandemia", ressaltou o senador.

Como justificativa, a PEC destaca a importância de que os valores da outorga possam ser canalizados para obras de infraestrutura em áreas mais carentes e que tenham sido preteridas anteriormente. O reinvestimento seria de cerca de R\$ 7 bilhões ao ano. Segundo a assessoria do parlamentar, a proposta é totalmente compatível com a prudência fiscal, pois não cria gastos adicionais para a União.

Atualmente, os recursos aferidos pela União nas concessões públicas, em sua grande maioria, acabam sendo usados pelo Governo para corrigir o déficit público. A PEC permite que apenas 30% seja utilizados para esse fim. O restante, retorna para reinvestimento no setor, garantindo, com assim, os recursos mínimos para avanço da infraestrutura.

Fagundes lembrou em sua PEC que a União investiu em média irrisório 0,25% do PIB em infraestrutura de transportes entre 2008 e 2019, montante insuficiente sequer para se manter a malha rodoviária existente. Com a Emenda nº 95, de 2016,

que impôs o teto de gastos, observou o senador do PL, a forma como a União tem ajustado seu orçamento é por meio de ‘compressão de gastos discricionários’.

“O investimento total da União, que vai além da infraestrutura de transportes e inclui, por exemplo, construção de imóveis, vem se situando em menos de 0,5% do PIB e pode cair ainda mais”. Em valores, reforçou, “os investimentos da União foram de apenas R\$ 35 bilhões em 2019”.

A infraestrutura deficiente, segundo o senador, é um dos principais componentes do chamado “custo Brasil”, que amarra o desenvolvimento do país. Estudo sobre a qualidade das rodovias elaborado pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), de 2016, mostrou que estradas ruins aumentam o custo do frete em cerca de 25%. *“Se a estrada for péssima, o custo sobe em mais de 90%. E quem paga por isso é o consumidor”.*

Naquele ano, prossegue o estudo, o Brasil teria gastado quase 775 milhões de litros de óleo diesel a menos (ou R\$ 2,3 bilhões), se todas as rodovias estivessem em condições ótimas ou boas. Números igualmente preocupantes, de acordo com o senador mato-grossense, podem ser encontrados se analisarmos as condições de nossas ferrovias, portos e da mobilidade urbana em geral.

Wellington ressaltou, ainda, que o valor arrecadado com outorgas de concessão varia ano a ano, em função do calendário e do modelo de licitação adotado. Em 2019, a título de exemplo, esse valor chegou perto dos R\$ 10 bilhões. *“Esta PEC está propondo algo modesto, um direcionamento de cerca do que R\$ 7 bilhões ao ano, apenas para garantir que os investimentos não caiam abaixo de um patamar mínimo”, disse.*

Um dos primeiros efeitos, segundo o senador, será atacar o estoque de obras de infraestrutura inacabadas. Ele ressaltou que existem muitos empreendimentos que o Governo se viu obrigado a paralisar por causa dos limites de gastos discricionários. *“Esta PEC é totalmente compatível com a prudência fiscal”, salientou.*

A PEC 001/2021 não cria gastos adicionais sem explicitar a fonte e não avança sobre o teto dos gastos.

Além do apoio parlamentar, a PEC 001/2021 recebeu o apoio da própria Confederação Nacional dos Transportes, responsável pelos estudos que deram base a medida. *“A PEC aponta um caminho viável para a superação desse déficit crônico, que tanto prejudica o desenvolvimento e a força produtiva do país”*, acentuou Vander Costa.

Vander observou que o principal motivo para essa má qualidade da infraestrutura é, sem dúvida, a falta de manutenção e de investimento e por mais que as concessões avancem *“é evidente que existe um limite do que pode ser repassado para a responsabilidade do privado em concessões comuns, não patrocinadas”*. Ele observou que se faz necessário ao menos uma contraprestação pública em parcerias público-privadas, ou mesmo o investimento público direto, sendo que o patamar de 0,25% é muito aquém.

Brasília, 25/02/2021

Jerusa Netto Ramos

REFERÊNCIAS:

- FETRANSUL – Disponível em: <http://www.fetransul.com.br/cnt-apoia-pec-apresentada-pelo-presidente-da-frenlogi-em-favor-da-infraestrutura/>
- FOCO CIDADE – Disponível em: <http://fococidade.com.br/materia/42714/pec-de-wellington-propoe-reinvestimento-de-concessoes-em-infraestrutura->
- FRENLOGI – Disponível em: <https://frenlogi.org/presidente-da-frenlogi-propoe-primeira-pec-de-2021-em-favor-da-infraestrutura-de-transportes-do-pais/>